



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

ATA DE REUNIÃO

CONVOCADA POR: LÚCIO BARRETO GUERREIRO - PRESIDENTE DA COMISSÃO
PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.

DATA: 02.10.2020
ÀS 08:30H

PARTICIPANTES	CARGO/SETOR
EXMO. SR. LÚCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ DE DIREITO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.
Claudia Sadeck Burlamaqui	SECRETÁRIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
SAMANTHA NAHON	REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
LUCAS DANIN	REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
FÁBIO CRISTINO DA SILVA PEREIRA	Representante DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
MÁRCIO GÓES DO NASCIMENTO	Representante DA SECRETARIA DE INFORMÁTICA - MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
JOSÉ LAÉRCIO PONTES DA SILVA	Representante DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
MAURÍCIO CRISPINO GOMES	Representante DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS - MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

ASSUNTOS DISCUTIDOS

1. FOI RATIFICADA PELOS PRESENTES A APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DOS DIAS 07 E 11.08.2020, ENCAMINHADA POR E-MAIL A TODOS OS PARTICIPANTES DO ATO;
2. QUANTO À ANÁLISE DO RESULTADO DA PESQUISA REALIZADA NO ÂMBITO DAS SECRETARIAS, O PRESIDENTE INFORMA QUE AS RESPOSTAS DAS SECRETARIAS FORAM ENCAMINHADAS AO NPAI, AO MEMBRO ANTÔNIO CARLOS, SOLICITANDO INFORMAÇÕES DO RESULTADO DA PESQUISA COM SERVIDORES, MAGISTRADOS E TERCEIRIZADOS. ANTÔNIO CARLOS CONFIRMA QUE RECEBEU OS EXPEDIENTES COM AS RESPOSTAS DAS SECRETARIAS E QUE ESTÁ AGUARDANDO OS DADOS DAS INFORMAÇÕES DA PESQUISA INTERNA COM SERVIDORES, MAGISTRADOS E TERCEIRIZADOS. FOI CONSIGNADO PELOS PRESENTES QUE SERVIDORES DA ÁREA ADMINISTRATIVA NÃO RECEBERAM O E-MAIL EM MALA DIRETA DA PRESIDÊNCIA INFORMANDO DA PESQUISA NO PORTAL DO TJPA. SUPÕE-SE QUE O E-MAIL DA PRESIDÊNCIA TENHA SIDO ENCAMINHADO APENAS PARA OS SERVIDORES DA ÁREA FINALÍSTICA DO JUDICIÁRIO E AINDA ASSIM PARA AS SECRETARIAS DAS UNIDADES. O PRESIDENTE DA COMISSÃO SUGERE QUE SEJA RETOMADA A PESQUISA, IMEDIATAMENTE, E QUE SEJA SOLICITADO À SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA O ENVIO DE NOVO E-MAIL, EM MALA, INDIVIDUALMENTE A TODOS OS MAGISTRADOS E SERVIDORES. MÁRCIO GÓES INFORMA QUE PODE DISPONIBILIZAR A PESQUISA NOVAMENTE, MAS QUE CABE AO CERIMONIAL A DISPONIBILIZAÇÃO NO SITE. MÁRCIO GÓES INFORMA QUE NO TOTAL, 21 PESSOAS RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO (NENHUM TERCEIRIZADO), EXPONDO DADOS DAS INFORMAÇÕES COLETADAS. O PRESIDENTE PEDE A LAÉRCIO, REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, QUE INFORME JUNTO AOS TERCEIRIZADOS ACERCA DO QUESTIONÁRIO, PARA QUE POSSAM RESPONDÊ-LO, DISPONIBILIZANDO COMPUTADOR, SE NECESSÁRIO FOR;
3. FORAM LIDAS ALGUMAS RESPOSTAS COLETADAS NA PESQUISA SOBRE OS ITENS DO QUESTIONÁRIO. FOI PROPOSTO QUE A PESQUISA SEJA DISPONIBILIZADA POR MAIS 15 DIAS. ANTÔNIO CARLOS SE COMPROMETE A ENTRAR EM CONTATO COM TODOS OS SERVIDORES CADASTRADOS NO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS SOLICITANDO QUE RESPONDAM À PESQUISA. MÁRCIO GÓES INFORMA QUE O LINK DA PESQUISA SERÁ O MESMO E O PRESIDENTE DA COMISSÃO REGISTRA QUE ENTRARÁ EM CONTATO COM A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL PARA QUE O E-MAIL SEJA ENCAMINHADO INDIVIDUALMENTE A CADA SERVIDOR E MAGISTRADO DO QUADRO DESTA PODER, SOLICITANDO NOVAMENTE A LAÉRCIO QUE VERIFIQUE COMO OS TERCEIRIZADOS PODERÃO PARTICIPAR DA PESQUISA. LAÉRCIO QUESTIONA SE A PESQUISA SERÁ DISPONIBILIZADA A TODOS OS TERCEIRIZADOS OU APENAS AOS VINCULADOS A CONTRATOS QUE ENVOLVAM MÃO DE OBRA RESIDENTE, SENDO QUE ALGUNS CONTRATOS ESTÃO VINCULADOS A SEAD E OUTROS A SECINFO;
4. O PRESIDENTE DA CPAI INFORMA QUE PREPARARÁ A SOLICITAÇÃO, VIA SIGADOC, PARA A FINALIDADE AQUI TRATADA, DE RENOVAÇÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO DA PESQUISA A PARTIR DO DIA 05 E ATÉ O DIA 19 DE OUTUBRO. TODOS OS PRESENTES ANUÍRAM;
5. ANTÔNIO CARLOS INFORMA QUE A ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS A SER APRESENTADA À COMISSÃO AGUARDARÁ O RESULTADO OBTIDO A PARTIR DO NOVO PERÍODO DE DISPONIBILIZAÇÃO DA PESQUISA INTERNA A MAGISTRADOS,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

SERVIDORES E TERCEIRIZADOS, NA FORMA DO ITEM 2 ACIMA;

6. QUANTO À PAUTA REFERENTE À EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 343, DE 09/09/2020, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), QUE INSTITUI CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA, NECESSIDADES ESPECIAIS OU DOENÇA GRAVE OU QUE SEJAM PAIS OU RESPONSÁVEIS POR DEPENDENTES NESSA MESMA CONDIÇÃO, O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXPÕE QUE A MATÉRIA ESTÁ AFETA DIRETAMENTE A SGP, MAS QUE A CPAI PODE ENCAMINHAR A DEMANDA DE REGULAMENTAÇÃO DE QUE TRATA A RESOLUÇÃO, À PRESIDÊNCIA DO TJPA. FÁBIO REGISTRA QUE A PRESIDÊNCIA JÁ ENCAMINHOU EXPEDIENTE A SETORES ADMINISTRATIVOS, ATRAVÉS DO SIGADOC PA-MEM-2020/25855-D (4ª VIA), INFORMANDO DA EDIÇÃO DA NORMATIVA E SOLICITANDO PROVIDÊNCIAS. QUE A RESOLUÇÃO VAI AFETAR OUTRAS REGULAMENTAÇÕES INTERNAS DO TJPA, COMO AS RELATIVAS À REMOÇÃO DE SERVIDORES, LOTAÇÃO DE MAGISTRADOS, JORNADA DE TRABALHO E TELETRABALHO. EXPÕE ENTENDIMENTO, EM UM PRIMEIRO MOMENTO, QUE A REGULAMENTAÇÃO NÃO DEVERÁ SE FAZER TÃO SIMPLES, PELOS REFLEXOS RELATADOS SOBRE OUTRAS REGULAMENTAÇÕES INTERNAS. ACREDITA QUE AS DISCUSSÕES TALVEZ ENVOLVAM ÓRGÃOS COMO O CONSELHO GESTOR DE PESSOAS, E QUE O PRAZO ASSINADO NO CORPO DA RESOLUÇÃO PARA A SUA REGULAMENTAÇÃO TALVEZ NÃO POSSA SER CUMPRIDO, MAS QUE O TEMA JÁ ESTÁ EM APRECIÇÃO E DISCUSSÃO NO ÂMBITO DA SGP;
7. ANTONIO CARLOS REGISTRA QUE NÃO TEM CONHECIMENTO ACERCA DA EXISTÊNCIA DE NORMA ESTADUAL PREVENDO A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA SERVIDORES NA CONDIÇÃO DA RESOLUÇÃO DO CNJ, APESAR DE SER ENCONTRADA PREVISÃO DE REDUÇÃO PARA RESPONSÁVEIS. TALVEZ OS 90 DIAS TAMBÉM DEVA SERVIR PARA O ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA DE LEI À ALEPA REGULAMENTANDO O ASSUNTO PARA OS SERVIDORES, PORQUE A RESOLUÇÃO FALA EM “NA FORMA DA LEI”. FÁBIO INFORMA QUE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES, SALVO ENGANO, NO SEU ART. 63, TRATE DE JORNADA DE TRABALHO DIFERENCIADA, MAS NÃO ESPECIFICAMENTE PARA A MATÉRIA REFERENCIADA NA RESOLUÇÃO DO CNJ;
8. O PRESIDENTE TRAZ À DISCUSSÃO, A REGRA DA RESOLUÇÃO DE QUE AS ESCOLAS DEVERÃO PROMOVER CURSOS VOLTADOS AO CONHECIMENTO E REFLEXÃO SOBRE QUESTÕES RELACIONADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS DIREITOS (ART. 7º). ANTÔNIO CARLOS INFORMA QUE O TEMA JÁ ESTÁ SENDO TRATADO COM A ESCOLA JUDICIAL E NOTICIA QUE SERÁ REALIZADO EM FUTURO PRÓXIMO, WEBNÁRIO SOBRE O TEMA. FÁBIO CRISTINO SUGERE QUE ESSA AÇÃO SEJA CAPITANEADA PELA CPAI, COM EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À ESCOLA JUDICIAL. ANTONIO CARLOS INFORMA QUE EM CONVERSA COM A ESCOLA, FOI INFORMADO QUE CURSOS DESTINADOS À INCLUSÃO INTEGRAM A PROGRAMAÇÃO PARA O ANO DE 2021. ANTÔNIO CARLOS SE COMPROMETEU A ELABORAR O OFÍCIO A ESCOLA JUDICIAL PARA CONHECER FORMALMENTE AS AÇÕES DA ESCOLA JUDICIAL PARA O ANO VINDOURO. TAMBÉM FOI DECIDO PELOS PRESENTES A ELABORAÇÃO DE OFÍCIO A PRESIDÊNCIA DO TJPA COLOCANDO A COMISSÃO À DISPOSIÇÃO PARA AUXILIAR NA REGULAMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO.
9. EM RELAÇÃO À PAUTA DAS ATUALIZAÇÕES SOBRE PLANO DE TRABALHO DA CPAI PARA O ANO DE 2021, FOI INFORMADO QUE O EXPEDIENTE DA COMISSÃO QUE APRESENTA AS AÇÕES PARA 2021 SE ENCONTRA NA SEPLAN PARA ANÁLISE, ENCAMINHADO PELA PRESIDÊNCIA. MAURICIO CRISPINO INFORMA QUE O EXPEDIENTE FOI DESPACHADO JUNTO À SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, E QUE NA SEMANA DE 05 A 09 TERÁ SUA MANIFESTAÇÃO ENCAMINHADA EM RETORNO A PRESIDÊNCIA.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

ANTÔNIO CARLOS INFORMA QUE ESTÁ AGUARDANDO A INFORMAÇÃO DO EXPEDIENTE.

10. ANTÔNIO CARLOS APRESENTA, EXTRA PAUTA, A SITUAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO NPAI, QUE ESTÁ SEM O APOIO DE ESTAGIÁRIOS. REGISTRA QUE SERIA IMPORTANTE QUE O NÚCLEO TENHA UMA REFERÊNCIA DE ESPAÇO FÍSICO PARA A SUA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO, JÁ QUE NA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE GESTÃO, NÃO HÁ ESPAÇO FÍSICO PARA A SUA INSTALAÇÃO. CLAUDIA SADECK SUGERE A CRIAÇÃO DE UMA ILHA DE TRABALHO NA PRÓPRIA AGP. ANTÔNIO CARLOS INFORMA QUE O PRÉDIO APRESENTA DIFICULDADES AOS DEFICIENTES VISUAIS E QUE ISSO FOI OUTRORA PONDERADO POR ELE, PORQUE O AMBIENTE É COMPARTILHADO, COM ATENDIMENTO DE PESSOAS EXTERNAS, ETC. QUE PARTICULARMENTE NÃO SABE SE UMA ILHA SERIA A SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA. O PRESIDENTE DA COMISSÃO SOLICITA QUE CLÁUDIA E O ANTÔNIO CARLOS INICIEM TRATATIVAS A FIM DE ENCONTRAREM UMA SOLUÇÃO PARA O ESPAÇO DE FUNCIONAMENTO DO NPAI.
11. FÁBIO CRISTINO PERGUNTA A MÁRCIO GÓES SE O MENTORH PODE SER ADAPTADO PARA FORNECER FERRAMENTAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO. MÁRCIO GÓES REGISTRA QUE O CONTRATO COM A OSM ESTÁ PRÓXIMO DE SUA RENOVAÇÃO (NOVEMBRO) E QUE EM FUNÇÃO DO REDESENHO DO PESSOAL LOTADO NA COORDENADORIA QUE CHEFIA, NÃO TERÁ CONDIÇÕES, EM TÃO CURTO PRAZO, DE PENSAR EM MELHORIAS NO CONTRATO, CONTUDO, A DEMANDA PODE SER REGISTRADA PARA O ANO QUE VEM E TRATAR COM A EMPRESA NA PRÓXIMA RENOVAÇÃO. ANTÔNIO CARLOS SUGERE QUE SEJA OFICIADO À EMPRESA SOLICITANDO A INCLUSÃO DAS FERRAMENTAS DE ACESSIBILIDADE, PORQUE O CONTRATO JÁ DEVE PREVER DE TAL FORMA, JÁ QUE A RESOLUÇÃO DO CNJ DATA DE ANTES DO CONTRATO. MÁRCIO GÓES TRAZ AO CONHECIMENTO DE TODOS OS PRESENTES, O FUNCIONAMENTO DESSE CONTRATO COM A OSM, CARACTERÍSTICAS E LIMITES, PONDERANDO QUE ALTERAÇÕES PRECISAM SER BEM AVALIADAS QUANTO AOS SEUS EFEITOS SOBRE O CONTRATO. ANTÔNIO CARLOS COMPREENDE OS FATOS NARRADOS E REGISTRA QUE DEVE SER AO MENOS BUSCADA A TENTATIVA DE QUE A EMPRESA SEJA INSTADA A SE MANIFESTAR.
12. SEM MAIS, O PRESIDENTE AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS E ENCERROU A REUNIÃO, REGISTRANDO QUE O EXPEDIENTE À SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA SOLICITANDO O ENVIO DO E-MAIL AOS SERVIDORES, EM MALA DIRETA, DANDO CONHECIMENTO DA PESQUISA, ESTÁ SENDO FINALIZADO POR SI. INFORMA, AINDA, QUE EM FUNÇÃO DA PENDÊNCIA DA CONCLUSÃO DO NOVO PERÍODO DA PESQUISA, A PRÓXIMA REUNIÃO DA COMISSÃO SERÁ OPORTUNAMENTE DESIGNADA.

ITENS DE AÇÃO

TAREFAS PARCIAIS A SEREM CUMPRIDAS	RESPONSÁVEL	PRAZO FINAL
1. ELABORAÇÃO DE OFÍCIO A PRESIDÊNCIA DO TJPA COLOCANDO A COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO À DISPOSIÇÃO PARA AUXILIAR NA REGULAMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO.	MAURÍCIO CRISPINO	IMEDIATO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

2. SUGESTÃO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO NPAI	CLAUDIA SADECK E ANTONIO CARLOS	IMEDIATO
3. ELABORAÇÃO DE OFÍCIO DA CPAI À ESCOLA JUDICIAL SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO DE CURSOS NO ANO DE 2021, DESTINADOS À SENSIBILIZAÇÃO SOBRE O TEMA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS DIREITOS.	ANTÔNIO CARLOS	IMEDIATO